

Uma investigação da historicidade das representações sociais

Lúcia Pintor Santiso Villas Bôas

Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas – SP, Brasil

Clarilza Prado de Sousa

Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas – SP, Brasil

Resumo

O texto apresenta uma contribuição aos estudos sobre representações sociais que pretendam considerar análises de contextos históricos para a compreensão dos seus processos de generatividade, de estabilidade e de transformação de seus conteúdos. A proposta metodológica, relatada em todas as suas etapas, baseia-se em uma pesquisa sobre a historicidade das representações sociais de Brasil associadas à diversidade que articulou à teoria das representações sociais aspectos oriundos da história efetual, desenvolvida pelo filósofo Hans-Georg Gadamer, e da história conceitual, sistematizada pelo historiador Reinhart Koselleck, de modo a compreender, sem incorrer em anacronismos, como as representações sociais movimentam conhecimentos oriundos de contextos históricos distintos.

Palavras-chave: Representação social, Metodologia, História conceitual, História efetual.

An investigation about historicity of social representations

Abstract

The paper presents a contribution for studies about social representations that intend to consider analysis of historical contexts to understand the processes of generation, stability and transformation of these contents. The methodological propose; reported in each stage, takes into account a search around historicity about social representations of Brazil in association with diversity. That is articulated with aspects from effectual History, developed by philosopher Hans-Georg Gadamer, as conceptual History, systematized by historian Reinhart Koselleck, taking social representations theory in manner to cover, without anachronisms, as social representations moves the knowledge from different historical contexts.

Keywords: Social representation, Methodology, Conceptual history, Effectual history.

Introdução

Desde a publicação de *La Psychanalyse, son image et son public* por Serge Moscovici, no início da década de 1960, um número cada vez maior de trabalhos sobre representações sociais tem apresentado uma grande variedade de abordagens metodológicas. Contudo, não obstante a importância do estudo da historicidade para a compreensão dos processos de gênese, de estabilidade e de transformação dessas representações, este é um aspecto ainda pouco explorado, como evidenciam os trabalhos de Villas Bôas (2010), Haas e Jodelet (2007), Castorina (2007) e Villas Bôas e Sousa (2007).

Tributárias dos quadros de pensamentos preexistentes, originados em épocas cronológicas distintas, e dos imperativos pragmáticos da vida cotidiana, as representações sociais são uma “modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos.” (Moscovici, 1978, p. 26) sendo alimentadas tanto pelos conhecimentos oriundos da experiência cotidiana como pelas reapropriações de significados historicamente consolidados.

Essa reapropriação do passado pelo contemporâneo ocorre em um processo dinâmico em que cada geração altera o sentido

e a compreensão dos conhecimentos preexistentes. Ou seja, cada contexto atual seleciona um conteúdo do passado que vai ser reatualizado por meio de um recorte e de uma interpretação própria dependentes, em última instância, do sentido que um determinado grupo irá atribuir ao seu “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006).

Essa característica aparentemente paradoxal das representações sociais que articula, invariavelmente, passado e presente, permanência e mudança, apresenta um significativo problema metodológico que pode ser formulado, sinteticamente, da seguinte forma: como analisar a historicidade das representações sociais levando-se em conta esse movimento contínuo sem incorrer em anacronismos?

Com o intuito de responder a essa questão, serão aqui apresentados os procedimentos metodológicos elaborados no estudo “Brasil: ideia de diversidade e representações sociais” desenvolvido por Villas Bôas (2010). Trata-se de uma pesquisa que analisou os aspectos convergentes entre o conteúdo representacional atual associado à diversidade presente no discurso de universitários de diferentes cursos e instituições de todo o país e a produção historiográfica do século XIX, período que, por se organizar o Estado nacional e por se sistematizar um conjunto de discursos sobre a singularidade do Brasil, é fundamental para a análise da historicidade das representações em questão.

Esse estudo integrava um projeto mais amplo, “Imaginário e representações sociais de jovens universitários sobre o Brasil e a escola brasileira” (Sousa & Arruda, 2006), desenvolvido entre 2003 e 2006, com 1.029 universitários do primeiro ano dos cursos de Enfermagem, Engenharia, Medicina, Pedagogia e Serviço Social de instituições públicas e privadas das cinco regiões brasileiras com o propósito de identificar como esses estudantes representavam diversos aspectos do Brasil, e que compôs o Programa Internacional “Imaginários Latino-Americanos”, sediado na *Fondation Maison des Sciences de l’Homme* (França).

Após a constatação de que a ideia de diversidade se apresentava como um dos eixos organizadores das atuais representações sociais de país, foi construída uma trajetória metodológica procurando integrar as

contribuições da Psicologia Social com aquelas propostas pela História, de modo analisar a historicidade das representações sociais como uma articulação dinâmica entre as construções sociais do passado e as do presente sem, no entanto, desconsiderar o problema da delimitação conceitual, aspecto este fundamental quando se analisam contextos históricos distintos.

Uma trajetória metodológica para o estudo da historicidade das representações sociais

A metodologia proposta envolveu seis etapas de análise que foram estruturadas para garantir o aprofundamento do tema de modo a compreender a historicidade dessas representações sociais. No estudo realizado, utilizado aqui como exemplo, em uma primeira etapa, identificou-se um dos eixos que organizam, atualmente, as representações sociais de Brasil, no caso, a diversidade, em função da reiteração do discurso apresentado no trabalho de Sousa e Arruda (2006). Na etapa seguinte, foi montada uma lista de associações contendo sinônimos e atributos do eixo selecionado. A terceira etapa consistiu na seleção das referências históricas tendo em vista a construção de uma matriz de análise, o que ocorreu na quarta etapa, com o objetivo de analisar como tais fontes contribuíram para o estabelecimento de uma forma de pensar o país. A quinta etapa corresponde à preparação do *corpus* e à descrição dos dados técnicos, tendo em vista os aportes da análise estatística textual. Finalmente, foi realizada a sexta etapa de análise dos dados por meio da “fusão de horizontes interpretativos” (Gadamer, 2002) em que a produção textual do século XIX e a do século XXI foram cotejadas.

Vale destacar que a investigação da historicidade das atuais representações sociais de Brasil associadas à diversidade exigiu, inicialmente, um diálogo com autores que, de algum modo, se preocuparam com a questão da historicidade dos conceitos. Para tanto, recorreu-se a aspectos da história dos conceitos, sistematizados pelo historiador Reinhart Koselleck, e da história efetual, desenvolvidos pelo filósofo Hans-Georg Gadamer, de modo a estabelecer indicadores que considerassem as delimitações conceituais tanto da contemporaneidade, como de épocas passadas em relação à diversidade.

Tanto as ideias desenvolvidas por Koselleck (1992, 2006) no âmbito da história conceitual – cuja preocupação básica é medir e estudar a diferença (ou convergência) entre os conceitos antigos e as atuais categorias do conhecimento usando a semântica como uma ferramenta para investigar como eles são criados, seu processo de manutenção ou substituição etc. – como as proposições de Gadamer (2002) acerca da história efetual – considerada como parte do que ele denominou de traços fundamentais de uma experiência hermenêutica concebida enquanto experiência do mundo – foram aqui utilizadas de forma intencionalmente instrumental, ou seja, como ponto de partida para pensar uma matriz de análise de modo a evitar a transferência descuidada para o passado de expressões contemporâneas, motivo pelo qual não se estenderá sobre suas teorizações.

Apresenta-se, a seguir, cada uma das etapas, indicando os procedimentos e os principais resultados encontrados de modo a evidenciar o alcance de cada uma delas na realização de um estudo que considere a historicidade das representações sociais.

Identificação de um dos eixos organizadores das representações sociais de Brasil

As representações sociais se estruturam em torno de elementos que fazem referência a aspectos sensoriais, motrizes, cognitivos e afetivos. Nestes termos, a análise de sua historicidade requer, metodologicamente, a seleção daquilo que Lahlou (2003), apoiado nos estudos de Jean-Claude Abric, denomina de “nódulo elementar de sentido”, uma vez que cada nódulo é composto por conteúdos preexistentes constituídos, portanto, em outros períodos.

Isso pressuposto, elegeu-se, na primeira etapa da análise, o nódulo elementar de sentido “diversidade”, haja vista os resultados do estudo desenvolvido por Sousa e Arruda (2006), que o apontavam como um dos eixos organizadores das atuais representações sociais de Brasil.

Feito isso, foram selecionadas todas as respostas dos 1.029 universitários participantes da pesquisa às questões “*Por que você acha que isso tudo é Brasil?*” e “*O que, para você, diferencia o Brasil dos demais países?*” que compunham o conjunto de questionários do

estudo coordenado por Sousa e Arruda (2006), e que apresentavam relação, direta ou indireta, com a “diversidade”. Isso porque apenas a identificação da diversidade como um dos eixos organizadores das representações sociais de país não permitia, por si só, compreender os conteúdos a ela associados no âmbito do senso comum, considerando o caráter polissêmico desse termo, o que gerou a necessidade de se investigar como ela era apresentada nas respostas dos universitários.

Montagem de uma lista de associações contendo sinônimos e atributos do eixo selecionado

Com o propósito, portanto, de abarcar o termo “diversidade” em seu contexto atual de uso, bem como entender seu significado para os universitários pesquisados, optou-se pela utilização de dicionários da língua portuguesa de uso corrente, visto que eles organizam o conhecimento socialmente sedimentado expressando-o, intencionalmente, de forma explícita, isso porque, de acordo com Lahlou (2003), “é na língua que procuramos os objetos do mundo, uma vez que a língua é uma memória social que, por meio de sua rede semântica, sedimenta as visões do mundo produzidas pela cultura. As ligações entre as palavras representam as conexões entre as ideias” (p. 41).

Para esse autor, a existência mesma de uma palavra assinalando a entrada de um objeto em um catálogo linguístico dos objetos comuns, como o dicionário, seria uma condição necessária para a existência de uma representação social e a vantagem de seu uso decorreria ainda do fato de ele ser um sistema fechado apresentando um universo discursivo coerente, na medida em que as palavras utilizadas como traço descritivo aparecem como entradas de definição de modo que todas apresentam o mesmo *status*, diferentemente, por exemplo, de uma enciclopédia.

Assim, construiu-se, nesta segunda etapa de análise, uma lista de associações por meio de consultas a dicionários de uso corrente visto que estes, ao se configurarem como uma construção coletiva por excelência, terminam por fixar formas compreensíveis por todos em uma referência social comum permitindo, com isso, compreender como essa palavra foi utilizada.

Partindo, então, do verbete diversidade, com o auxílio das obras *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Houaiss & Villar, 2001), *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (Ferreira, 1975-1986) e *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (Aulete,

1958-1987), iniciou-se uma primeira lista de associação em que, cada uma das palavras agregadas forneceu outras associações, incluindo gênero e grau do substantivo, que foram sendo incorporadas à lista inicial em um total de 64 termos indicados no Quadro 1.

Quadro 1 – Diversidade – lista de associação.

Diversidade				
abundante	desconformidade	discrepância	incoerência	oposição
adverso	desencontro	discrepante	incompatibilidade	plural
apartado	desequilíbrio	disparidade	impossibilidade	pluralidade
assimetria	desigualdade	dissemelhança	inconformidade	polarização
biodiversidade	desproporção	distinguir	incongruência	sortimento
complexidade	dessemelhança	distinto	inconstante	transformado
contradição	dessemelhante	divergência	modificado	variado
contradita	desuniformidade	divergente	mudado	variante
contraditório	diferença	diversas	muitos	variável
contraposição	diferenciar	diversidade	multiplicidade	variedade
contrariedade	diferente	diversificado	múltiplo	vário
contraste	discordância	diverso	mutável	vários
desacordo	discordante	fragmentação	oblóquio	

A construção dessa lista permitiu, inicialmente, a sistematização das denominações usadas para “estados de coisas” distintos e que são englobados pelo termo “diversidade”. Tal sistematização, além de permitir uma aproximação do contexto atual de uso desse termo, indicou sua polissemia, fornecendo indícios de que “diversidade”, mais do que uma palavra, poderia ser considerada um conceito, conforme a concepção de Koselleck (2006) para o qual, apesar de o conceito estar aderido a uma palavra, a diferença em relação a esta reside no fato de que ele é sempre polissêmico, não sendo assim determinado pelo seu uso na medida em que as circunstâncias nas quais e para as quais ele é utilizado se agregam a ele, ou seja,

no conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra [...] O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica, assim como a soma das características objetivas teóricas e

práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito (Koselleck, 2006, p. 109).

Contudo, apenas a identificação das denominações que o conceito diversidade englobava em seu contexto de uso atual não permitia nem o entendimento de seu processo de generatividade, enquanto elemento organizador das atuais representações sociais de Brasil, nem a verificação de como determinadas palavras foram sendo incluídas, ou excluídas, em relação a esse conceito. Ou seja, se a construção do dicionário possibilitava a compreensão do que se conota hoje como diversidade, essa compreensão não podia ser simplesmente trasladada para outra época sob o risco de incorrer em anacronismos, em uma espécie de transferência descuidada para o passado de uma expressão contemporânea (Koselleck, 2006). Segundo Gadamer (1997), citado por Jasmin (2005),

cada época entende um texto transmitido de uma maneira peculiar, pois o texto constitui parte do conjunto de uma tradição pela qual cada época tem um

interesse objetivo e na qual tenta compreender a si mesma. O verdadeiro sentido de um texto, tal como este se apresenta a seu intérprete, não depende do aspecto puramente ocasional que representam seu autor e seu público originário. Ou, pelo menos, não se esgota nisso. Pois este sentido está sempre determinado também pela situação histórica do intérprete e, por consequência, pela totalidade do processo histórico. (p. 30)

Isso pressuposto, importa observar que, primeiramente, não se pretendeu realizar um estudo sobre a diversidade na perspectiva da história dos conceitos. Sendo assim, o uso instrumental das teorizações de Koselleck (1992, 2006) só tiveram sentido na medida em que proporcionaram indicadores que devem ser levados em conta acerca de uma exigência metodológica mínima no estudo da historicidade das representações sociais e que podem, neste momento, ser sintetizados da seguinte forma: não se pode investigar a historicidade das representações sociais por meio de sua expressão semântica atual sob o risco de incorrer em anacronismos, ainda que o levantamento desta semântica ofereça indicadores para uma análise histórica na medida em que o passado só pode ser investigado levando-se em conta a limitação conceitual de sua época.

Referência histórica e construção de uma matriz de análise: seleção das fontes históricas

Tomando por princípio que o conceito atual de diversidade apresenta a sedimentação de um conhecimento que contém uma construção histórica, procurou-se indicar, nesta terceira etapa de análise, as convergências entre

algumas das fontes históricas produzidas no século XIX com as respostas dos universitários, analisando como as primeiras contribuem para o estabelecimento de um esquema de interpretação sobre o Brasil que alimenta as segundas de modo a verificar a historicidade dessa forma de pensar nossa “comunidade imaginada” (Anderson, 1991).

Nesse sentido, a escolha do século XIX não foi aleatória: em primeiro lugar, foi pautada pela própria análise da produção textual dos estudantes, cujas categorias encontradas remeteram a um discurso expressivamente elaborado nesse período em que, em vários âmbitos (pintura, música, literatura, política etc.), discutiam-se o Brasil e os brasileiros; em segundo lugar, porque autores como Carvalho (1990, 1998, 2002, 2005), Chauí (2001), Naxara (1998, 2004), Ortiz (2006), Prado (2001), Reis (2003), Schwarcz (1993, 1995) e Zarur (2003), entre outros, já apontaram que é justamente nessa fase de constituição do Estado Nacional que estas questões, ao serem agudizadas, acabaram por gerar representações que deram origem não apenas a uma historiografia nacional, mas também às grandes interpretações do Brasil e que serviram de base para a construção atual da nossa própria identidade.

É nesse contexto que se pode compreender, por exemplo, a criação, em 1838, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que, vinculado à elite política do Império, tinha por objetivo a composição de uma história nacional, estabelecendo “toda uma pauta de fatos, nomes e datas que foram paulatinamente configurando uma leitura, ou história oficial do país, calcada em interpretações enaltecidas de fenômenos sempre lidos sob a chave da gênese de uma tradição nacional” (Fico, 1997, p. 29) cuja intenção era homogeneizar uma visão de Brasil.

Quadro 2 – Seleção das fontes históricas do século XIX.

Autor	Obra	1ª edição – Ed. analisada
Carl Friedrich Phillip von Martius	<i>Como se deve escrever a história do Brasil</i>	1845 – 1982
Francisco de Adolfo Varnhagen	<i>História Geral do Brasil</i> (5 tomos)	1854 – 1975
Joaquim Manoel de Macedo	<i>Lições de história do Brasil</i>	1864 – 1905
Afonso Celso	<i>Porque me ufano de meu país</i>	1901 – 1901

Ainda que não tenha sido esse o critério de seleção, todos os autores analisados foram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São autores que ora se aproximam, ora se distanciam, mas que tinham, na discussão sobre a história nacional, um objeto em comum. São eles: Carl Friedrich Phillip von Martius, Francisco de Adolfo Varnhagen, Joaquim Manoel de Macedo e Affonso Celso, lembrando que este último escreve no final do século XIX, embora sua obra só tenha sido publicada em 1901.

Procedimentos para construção de uma matriz de interpretação das fontes históricas selecionadas

Escolhidas as fontes, foi necessário elaborar, em uma quarta etapa de análise, a matriz de interpretação uma vez que não se poderia procurar nas obras do século XIX as palavras associadas à diversidade que se referiam ao contexto de uso do século XXI. Para tanto, fez-se uso do dicionário montado por meio das palavras associadas à diversidade (2ª etapa), objetivando identificar o contexto atual de utilização do conceito diversidade que permitisse a elaboração de um eixo de análise das fontes históricas selecionadas, levando em conta o contexto conceitual do século XIX.

Ou seja, não se irá procurar nas obras do século XIX a palavra “diversidade”, visto que esta faz parte da contemporaneidade, ainda que ela também possa aparecer em outros contextos históricos. O que se pretende é levantar o contexto de uso do século XIX que conote como esse “estado de coisas”, que hoje denominamos de diversidade, era designado no passado, ainda que, para isso, se utilizem categorias orientadoras derivadas do dicionário montado na etapa anterior e, cuja presença, nem sempre pode ser identificada nas fontes históricas selecionadas (Koselleck, 2006).

Para tanto, procedeu-se da seguinte forma: com o apoio da lista de associação montada na 2ª etapa, foi realizada uma consulta ao verbete “diversidade” presente em dois dos dicionários considerados, no século XIX, como de uso corrente, quais sejam o *Diccionario da lingua portugueza*, organizado por Antonio de Moraes Silva (1789-1858), um dos mais utilizados do século XIX, e o *Diccionario da lingua brasileira*, elaborado por Luis Maria da Silva Pinto (1832) numa tentativa de fundar a “língua brasileira”. Via de regra, as definições do

século XIX se mantiveram semelhantes às definições hodiernas, indicando a permanência do conjunto semântico sem representar uma quebra radical com o conjunto da língua, ainda que, atualmente, existam novos sentidos para diversidade.

Embora os dicionários consultados do século XIX tenham apontado a existência do termo “diversidade”, importa ressaltar que seria necessário recorrer a uma história conceitual, nos parâmetros propostos por Koselleck (1992, 2006), para verificar as diferenças ou convergências entre os contextos de uso desses termos, uma vez que apenas a consulta aos dicionários não se mostra suficiente para a realização dessa análise. Contudo, esse procedimento não foi adotado, visto que o objetivo é investigar a historicidade das representações sociais de Brasil organizadas em torno da diversidade, e não a história deste conceito em si.

Diante disso, realizou-se uma leitura de cada uma das fontes históricas selecionadas fichando-se os trechos que indicassem “estados de coisas” associados à diversidade, de onde derivou o Quadro 3, que se configura como um pequeno excerto desse fichamento.

Esse quadro de análise, do qual os trechos são apenas um exemplo, ao ser cotejado com a produção dos universitários, possibilitou compreender os aspectos pelos quais as “gerações de intérpretes posteriores” leram as proposições do passado. Nesse sentido, a análise da historicidade da “diversidade” como um eixo organizador das atuais representações sociais de Brasil não foi realizada por meio de um estudo histórico acerca desse conceito, mas, sim, pelo estudo do “efeito” dele, no sentido gadameriano, na produção textual atual representada pelas respostas dos universitários.

Fez-se uso, portanto, da perspectiva da história efetual (Gadamer, 2002) caracterizada por aquilo que a recepção contemporânea, expressa na produção textual dos universitários, consegue determinar “a partir de seu horizonte de expectativas, das diversas mutações sofridas pelos conceitos ou ideias no tempo” (Jasmin, 2005, p. 30). Assim, levantar o vocabulário presente nas fontes do século XIX, bem como seu contexto de uso, que conotam o que hoje denominamos por diversidade, permitiu identificar e compreender os aspectos pelos quais as gerações de intérpretes posteriores leram as proposições do passado (Gadamer, 2002; Jasmin, 2005).

Quadro 3 – Excertos de vocabulário associado à diversidade e de seu contexto de uso no século XIX.

Vocabulário associado à diversidade	Palavra que aparece agregada a esse vocabulário	Excertos do contexto de uso no século XIX
Fusão Mescla Natureza diversa	Raça	<p>“No Brasil, não há antagonismos entre as partes que o compõem. Cimentadas, ao contrário, forte solidariedade. O Brasil é perfeitamente homogêneo, material e moralmente, pelo lado social e pelo lado étnico, pois nele se cruzam e se fundem todas as raças. Lucraremos, sem exceção, em permanecer um vasto conjunto intimamente ligado e compacto.” (CELSO, 1901, p. 250).</p> <p>“[...] Do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história, por isso mesmo tem um cunho muito particular.” (MARTIUS, 1845 – 1982, p. 87).</p> <p>“São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergida de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre, ou americana, a branca ou caucasiana, e, enfim, a preta ou etiópica.” (MARTIUS, 1845 – 1982, p. 87).</p>
Variedade Variegado	Clima, produção, natureza	<p>“O reino mineral disputa em opulência com o vegetal e animal; a uberdade das terras não pode ser excedida pelas mais fecundas de outras regiões, e a extensão do país oferece uma variedade de climas, a que corresponde uma infinita variedade de produções.” (MACEDO, 1864 – 1905, p. 41).</p> <p>“Por toda a extensão que abraçam esses dois grandes rios (Amazonas e Prata) se erguem serranias, que produzem variegados vales, por cujos leitos correm outros tantos rios caudais.” (VARNHAGEN, 1854 – 1975, p. 13 – t. 1).</p>

Partindo da filosofia de Heidegger, que concebe a hermenêutica como a marca característica de nossa experiência do mundo, Gadamer critica o psicologismo e ressalta a dimensão histórica, o que implica, em primeiro lugar, reconhecer que a constituição do sentido transcende a subjetividade individual e, em segundo lugar, que ela é inseparável da historicidade inerente a uma determinada tradição. Assim, é o caráter finito e histórico do ser que qualifica como hermenêutica a experiência que o homem tem do mundo:

quando procuramos compreender um fenômeno histórico a partir da distância histórica que determina nossa situação hermenêutica como um todo, encontramos-nos sempre sob os efeitos dessa história efetual. Ela determina de antemão o que se mostra a nós de questionável e como objeto de investigação, e nós esquecemos logo a metade do que realmente é, mais ainda, esquecemos toda a verdade deste fenômeno, a cada vez que tomamos o

fenômeno imediato como toda a verdade. (Gadamer, 2002, p. 449)

Isso não significa que Gadamer proponha que a história efetual seja uma disciplina auxiliar do que ele denomina de ciências do espírito, e, sim, que se reconheça que seus efeitos operam em qualquer compreensão, independentemente da consciência disso, advertindo que:

quando se nega a história efetual na ingenuidade da fé metodológica, a consequência pode ser até uma real deformação do conhecimento. Isso nos é conhecido através da história da ciência, como a execução de uma prova irrefutável de coisas evidentemente falsas. Mas, em seu conjunto, o poder da história efetual não depende de seu reconhecimento. Tal é precisamente o poder da história sobre a consciência humana limitada: o poder de impor-se inclusive aí, onde a fé no método quer negar a própria historicidade. Daí a urgência com que se impõe a

necessidade de tornar consciente a história efetual: trata-se de uma exigência necessária à consciência científica. (Gadamer, 2002, p. 450)

Preparação do corpus e descrição dos dados técnicos: aportes da análise estatística textual

Nesta quinta etapa de análise, procedeu-se à montagem do *corpus* de análise da produção textual dos universitários para cada uma das questões (“*Por que você acha que isso tudo é Brasil?*” e “*O que, para você, diferencia o Brasil dos outros países? Por quê?*”) levantadas no estudo de Sousa e Arruda (2006) por meio do seguinte processo: primeiramente, realizou-se uma seleção de todas as respostas que apresentavam literalmente o termo “diversidade”, no singular ou no plural. Contudo, como apontado anteriormente, a polissemia dessa palavra engendrou a necessidade de compreender o conteúdo nela expresso, um dos motivos pelos quais se optou pela construção da lista de associações (2ª etapa) que identificasse o contexto atual de uso desse conceito.

Com o auxílio, portanto, dessa lista realizou-se uma segunda seleção do banco original da pesquisa coordenada por Sousa e Arruda (2006), identificando as respostas dos universitários que continham, inicialmente, uma ou mais palavras da lista de associações (cf. Quadro 1).

Com os questionários que não foram selecionados, ou porque não apresentavam o termo “diversidade” ou porque não continham uma ou mais palavras da lista de associações, procedeu-se a uma nova leitura das respostas com o objetivo de escolher aquelas que, não preenchendo os requisitos acima, indicavam, apesar disso, uma conotação passível de ser interpretada como diversidade. Por exemplo, uma das palavras associadas à diversidade é oposição. Assim, respostas que faziam referência à oposição, ainda que essa palavra não estivesse explicitada, compuseram também o *corpus* de análise. É o caso, por exemplo, das seguintes frases:

“Apesar de tudo, é um país bom para viver. Como desenhei, é muito raro acontecerem desastres no Brasil. Além disso, ele possui muitas riquezas, praias

e belezas naturais, que não se podem encontrar em outro país” (Estudante de Enfermagem, região Nordeste).

“O Brasil se diferencia por ser rico em flora, porém com desigualdade social muito gritante” (Estudante de Pedagogia, região Norte).

“O Brasil é um mosaico de cor e de raça” (Estudante de Serviço Social, região Norte).

“Porque o Brasil é um país enorme, com marcas características em cada região. E dessa mistura de climas e culturas que nasceu o nosso país” (Estudante de Medicina, região Sudeste).

“O Brasil é um belo país, mas, infelizmente, a riqueza está concentrada na mão de poucos, o que gera grandes desigualdades sociais, ocasionando fome, violência e todos os problemas do país” (Estudante de Enfermagem, região Nordeste).

“Porque o Brasil é um país repleto de coisas belas apesar de haver nele coisas ruins que devem ser superadas” (Estudante de Pedagogia, região Nordeste).

Após essa seleção, obteve-se, para a questão “*Por que você acha que isso tudo é Brasil?*” um *corpus* de 498 respostas e, para “*O que, para você, diferencia o Brasil dos outros países? Por quê?*” obtiveram-se 499 respostas, lembrando que o banco original armazenava 976 respostas para cada uma das questões especificadas (Sousa & Arruda, 2006).

Dado o volume do material analisado, optou-se pela aplicação de uma análise informatizada de modo a se ter não apenas “uma visão mais global e homogênea de nosso material (linguístico, gramático, semântico, temático), mas também uma sutileza e fineza do detalhe que nem sempre são visíveis a ‘olho nu’.” (Kalampalikis, 2003, p. 149).

O programa escolhido foi o Alceste (*Analyse des Lexèmes Cooccurrents dans les Enoncés Simples d’un Texte*), na medida em que sua concepção permite uma “análise da linguagem das representações que organizam e dão forma ao pensamento e ao conhecimento social” (Soares, 2005, p. 549). Dada a complexidade do funcionamento geral do programa, não serão apresentados os detalhes

estatísticos, muito menos os fundamentos teóricos de sua operacionalização.

Análise dos dados por meio da “fusão de horizontes interpretativos”

Neste último procedimento, analisaram-se as convergências passíveis de serem estabelecidas entre a produção textual dos universitários e as fontes históricas elencadas. Assim, enquanto as análises subsidiadas pelo programa Alceste privilegiaram o conteúdo das representações sociais de Brasil, permitindo investigar a estrutura das respostas dos estudantes, o diálogo com as fontes do século XIX visou identificar como ideias e conceitos construídos nessa época foram apreendidos por esses mesmos universitários, mediante a análise das convergências entre as repostas deles e as fontes selecionadas, de modo a compreender a historicidade da “diversidade”, apontada como um dos eixos organizadores dessas representações. O Quadro 4 se consubstancia em um exemplo de tais convergências.

Evidentemente que não se trata de afirmar que as respostas dos universitários são um mero reflexo, ou mesmo uma transposição, da produção historiográfica brasileira do século XIX para o momento atual, mas antes indicar a existência de estruturas de pensamento que orientam uma forma de caracterizar o Brasil que se mantêm ainda hoje, apesar de ser outro o contexto histórico de sua produção.

Daí a opção em utilizar, ainda que de forma adaptativa e instrumental, a expressão de Gadamer (2002), “fusão de horizontes interpretativos”, partindo do princípio de que não é possível compreender o significado original do vocabulário utilizado no século XIX, na medida em que cada período entende o texto de uma determinada maneira, não se tratando de transladar-se a uma espécie de “espírito da época”.

Nesse sentido, não há uma interpretação que possa pretender ser a única correta, pois sua vinculação a contextos hermenêuticos historicamente predeterminados por preconceitos que formam seus horizontes impede que se possa imaginar uma interpretação “autêntica” que se pretenda alheia a tais predeterminações. As apropriações feitas de um texto por cada época histórica são diferentes, pois se orientam por horizontes distintos, tornando-se indispensável considerar

a situação hermenêutica tanto de quem interpreta, quanto do texto que é interpretado.

Não há, portanto, um sentido “em si mesmo” passível de ser apreendido por uma subjetividade isolada e anistórica. A constituição do sentido ocorre de forma partilhada e é predeterminada pela tradição à qual pertence o intérprete.

Aliás, é nisso que consiste o essencial da tentativa de Gadamer (2002) de superar uma “hermenêutica psicologizante”, que trata a questão da constituição do sentido como obra de um sujeito isolado e alheio às determinações históricas, em direção a uma “hermenêutica histórica”, que leva em consideração tais determinações da consciência dos sujeitos que, pertencentes a uma dada tradição, nela encontram o horizonte de sua interpretação.

Ainda que, conforme ressalta Oliveira (1996), “compreender um texto significa sempre: aplicá-lo a nós e saber que um texto, mesmo que deva ser compreendido de maneira diferente, é contudo o mesmo texto que se nos apresenta sempre de outro modo” (p. 235-236), a simples enunciação da história efetual não significa que a sua observação seja um processo simples. Ao contrário, é o próprio Gadamer (2002) quem indica que

A afirmação de que a história efetual pode chegar a tornar-se completamente consciente é tão híbrida como a pretensão hegeliana de um saber absoluto, em que a história chegaria à completa autotransparência e se elevaria até o patamar do conceito. Pelo contrário, a consciência histórico-efetual é um momento da realização da própria compreensão... [na medida em que]... essa impossibilidade não é defeito da reflexão, mas encontra-se na essência mesma do ser histórico que somos. *Ser histórico quer dizer não se esgotar nunca no saber-se* (p. 450-451).

Desse modo, apesar de não existirem horizontes destacados um do outro, Gadamer (2002) usa o termo fusão por compreender que “todo encontro com a tradição realizado com consciência histórica experimenta por si mesmo a relação de tensão entre texto e presente” (p. 458), e à hermenêutica caberia não ocultá-la, motivo pelo qual o comportamento hermenêutico obriga a que se projete um horizonte que possa ser distinguido do presente.

Quadro 4 – Excertos de vocabulário associado à diversidade e de seu contexto de uso no século XIX e XXI.

Contexto temático - diversidade	Traços lexicais característicos do contexto	Fusão de horizontes interpretativos	
		Contexto de uso – excertos da produção textual dos universitários (século XXI)	Contexto de uso – excertos das fontes históricas do século XIX
Variedade de problemas	Desigualdade Violência Falta Educação Fome Corrupção	“A desigualdade social, a miséria, desemprego, violência, tráfico de drogas etc. Porque em países desenvolvidos até há problemas, mas não como no Brasil” (Serviço Social, região Sul).	“Nenhum problema insolúvel, nenhum perigo inevitável ameaça o desenvolvimento do Brasil. Não vive ele, como os países de Europa, sob a pressão de questões irritantes e conflitos iminentes com os vizinhos. Apenas duas apreensões assaltam o espírito de quem medita sobre os seus destinos, se continuar a ter maus governos e instituições incompatíveis com a sua índole. São essas apreensões: separação do território nacional em vários Estados; intervenção nos seus negócios de alguma potência estrangeira” (Celso, 1901, p. 249).
Expectativa mediada pela oposição	Povo Dificuldades Esperança Alegria Apesar de	“O povo brasileiro, pois, apesar de todas as dificuldades continua lutando sem perder a alegria, a esperança de um dia ver nosso país onde ele merece” (Engenharia, região Centro-Oeste).	“[...] Não temos o direito de desanimar nunca. Assiste-nos o dever de confiar sempre. Desanimar no Brasil equivale a uma injustiça, a uma ingratidão; é um crime. Cumpre que a esperança se torne entre nós, não uma virtude, mas estrita obrigação cívica” (Celso, 1901, p. 256-257).
Aspecto racial	Raça Mistura Religião Cultura	“Além de inúmeras culturas espalhadas em um único país, há a fusão de todas as raças e o estabelecimento de uma identidade, a identidade brasileira, que é singular e torna o Brasil um país único” (Medicina, região Sul).	“[...] Do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história, por isso mesmo, tem um cunho muito particular” (Martius, 1845/1982, p. 87).
Aspecto natural	Natureza Grande Recursos Diversidade	“O que diferencia e muito o Brasil são os contrastes, pois belezas naturais, cidades desenvolvidas e outros, quase todas as nações apresentam, mas o Brasil tem um pouco de tudo distribuído em todo o seu espaço” (Enfermagem, região Norte). “O clima em primeiro lugar, pois temos um país no qual não existem furacões e maremotos. Outro aspecto é a diversidade do solo no qual podemos plantar quase tudo” (Serviço Social, região Sudeste).	“O reino mineral disputa em opulência com o vegetal e animal; a uberdade das terras não pode ser excedida pelas mais fecundas de outras regiões, e a extensão do país oferece uma variedade de climas, a que corresponde uma infinita variedade de produções” (Macedo, 1864/1905, p. 41). “O Brasil sobreleva em tamanho quase todos os países do globo. Quando lhe falecessem outros títulos à procedência (e esses títulos abundam) bastava-lhe a grandeza física” (Celso, 1901, p. 14).

Nesse sentido, a análise dos contextos de uso de um vocabulário específico tanto da produção textual dos universitários quanto nas fontes históricas teve o objetivo de atentar para o fato de que “as palavras que permaneceram as mesmas não são, por si sós, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado” (Koselleck, 2006, p. 105), isso porque

o horizonte do presente está num processo de constante formação, na medida em que estamos obrigados a pôr à prova constantemente todos os nossos preconceitos. Parte dessa prova é o encontro com o passado e a compreensão da tradição da qual nós mesmos procedemos. O horizonte do presente não se forma, pois, à margem do passado. Nem mesmo existe um horizonte do presente por si mesmo, assim como não existem horizontes históricos a serem ganhos. Antes, *compreender é sempre o processo de fusão desses horizontes presumivelmente dados por si mesmos* (Gadamer, 2002, p. 457).

Isso pressuposto, tem-se que a “fusão de horizontes interpretativos”, tendo por fio condutor o eixo “diversidade”, explicitou que a composição das representações sociais de Brasil baseia-se em um sistema que visa orientar comportamentos e interpretar a realidade mas que, ao mesmo tempo, se constrói sobre os efeitos de um conteúdo “já pensado”. Ou seja, não se trata de uma transposição para o presente das ideias constituídas ao longo do século XIX. Ao contrário, trata-se antes de reapropriações e reinterpretções ao longo do tempo, o que fica ilustrado no jogo entre a manutenção de determinadas formas de representar o Brasil que, desde o oitocentos, são associadas à diversidade (tais como as categorias “raça” e “natureza”) e a inclusão de outras, mais vinculadas ao cotidiano dos respondentes (é o caso, por exemplo, da variedade de problemas evocada como singularidade do país).

Assim, alguns dos conteúdos temáticos associados à diversidade como “raça” e “natureza” favorecem o cotejamento com as fontes históricas examinadas, enquanto outros, como a associação da singularidade brasileira à variedade de problemas, ou mesmo à variedade

cultural, não tenham sido localizados nessas fontes, o que indica que tais conteúdos, provavelmente, foram agregados à diversidade em uma época posterior ao século XIX.

Tomando-se por base o estudo desenvolvido por Pittolo (1996) acerca das representações sociais urbanas da cidade de Nice, na França, pode-se indicar também que, de modo geral, os contextos temáticos associados à diversidade se caracterizam pelo aspecto compensatório, haja vista a existência de uma espécie de oposição entre a produção textual dos universitários e o cotidiano do país em que o conflito social ou não aparece, ou é minimizado. É o que ocorre, por exemplo, na crença da fusão harmoniosa das três raças que elidiria o conflito étnico, malgrado as constatações reiteradas de atitudes discriminatórias; da esperança e da fé em um futuro melhor, independentemente da ação humana; da visão de natureza venturosa que desconsidera a devastação etc.

Este aspecto compensatório contribui para harmonizar a sociedade porque ameniza os conflitos sociais, ao mesmo tempo em que parece imobilizar a ação humana, visto que uma decorrência direta dessa percepção consiste no fato de o povo não se ver como agente da história, pois a melhoria do país, colocada no tempo futuro, é concebida como fruto não da interferência humana, mas da predestinação e da fé que alimenta, em um processo circular, a condescendência com os problemas do Estado (Carvalho, 1998). Portanto, de um lado, tem-se a especificidade do presente, expressa na variedade dos problemas cotidianos percebidos, sobretudo como de responsabilidade do governo e articulada às expectativas de um futuro melhor derivado da crença na predestinação do país ao sucesso, e, de outro, a herança do passado, pautada na mistura racial e na exuberância de uma natureza dadivosa que, por isso mesmo, prescinde da interferência humana.

Esta situação remete a um fenômeno aparentemente paradoxal na medida em que, ainda que a diversidade seja entendida, ao mesmo tempo, como contraposição e consensualidade, tem-se que, independentemente do aspecto que a ela é associado (racial, cultural, natural, social), esta se encontra sempre harmoniosamente unida pelo discurso que a constitui, uma vez que os

conflitos cotidianos não encontram nela ressonância. Ou seja, as respostas dos estudantes indicaram a diversidade associada, ao mesmo tempo, à diferença e à harmonia, e a compreensão dessa tessitura só foi possível por meio da análise das fontes históricas que permitiu verificar que, no Brasil, a diversidade não se desenvolveu em oposição a uma reunião nacional. Ao contrário, foi justamente ela que possibilitou a construção da identidade do país como uma forma consensual que se expressa em frases como “somos diferentes, mas iguais”, “contemos a variedade na unidade”, ou ainda que, apesar de “*nossas diferenças, nos tornamos iguais*” (Estudante de Enfermagem, região Sudeste), o que corrobora a observação feita por Thiesse (1995, s.d.) quando do estudo da formação da identidade nacional francesa, no século XIX, em que a autora conclui que não são as identidades comuns que fundam as nações, mas justamente as nações que essencialmente criam ou formam as identidades necessárias à sua perenidade.

É nesse sentido que a “fusão de horizontes interpretativos”, realizada por meio do cotejamento entre a produção textual dos universitários e a análise de algumas das fontes históricas do século XIX, permitiu observar a continuidade de uma forma de interpretar o Brasil associada à “diversidade” que, ainda hoje, organiza as atuais representações sociais do país e que se vincula a um período em que a necessidade de constituir um projeto de Estado e de nação era peremptória, indicando que a rede de significados associada a tal eixo é parte de uma construção histórica.

Considerações finais

A construção da trajetória metodológica, apresentada como uma possibilidade de compreender a historicidade das representações sociais, evidenciou a importância de uma sistematização que leve em conta os conhecimentos construídos no passado tendo em vista seus efeitos no presente.

A contribuição de uma análise que considere a historicidade das representações sociais oferece, portanto, a possibilidade de, ao sopesar tanto sua dimensão estável como dinâmica, estabelecer um referencial analítico e interpretativo acerca do conteúdo representacional no sentido de investigar os processos que o constitui contribuindo, com isso, para sua desnaturalização, ou seja, para a

compreensão de que ele é parte de uma construção histórica e não uma espécie de “universal abstrato”, na medida em que permite tornar visível a “experiência histórica de nossa sociedade (Wagner, 2003) que se expressa na atualização de elementos do passado presentificados nas representações sociais contemporâneas.

Do ponto de vista dos quadros estruturantes das representações sociais tem-se que a consideração de sua historicidade é fundamental para a compreensão dos seus processos de generatividade, de construção de estabilidade e de transformação de seus conteúdos, haja vista que elas são tanto fruto da reapropriação dos conteúdos advindos de outros períodos cronológicos, como daqueles gerados pelos novos contextos.

Referências

- Anderson, B. (1991). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* (2. ed. rev.). London: Verso.
- Aulete, F. J. de C. (1958/1987). *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (4. ed.). Rio de Janeiro: Delta.
- Carvalho, J. M. de. (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____. (1998, Out.). O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38). Recuperado em 18 de setembro, 2007 de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-9091998000300004&script=sci_arttext&tlng=>
- _____. (2002). Terra do nunca: sonhos que não se realizam. In L. Bethell (Org.), *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro* (pp. 45-75). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2005). *Pontos e bordados: escritos de história e política* (2.^a reimpressão). Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Castorina, J. A. (2007). Um encontro de disciplinas: a história das mentalidades e a psicologia das representações sociais. In M. Carretero, A. Rosa, & M. F. González (Orgs.), *Ensino da história e memória coletiva* (V. Campos, Trad.; pp. 75-88). Porto Alegre: Artmed.

- Celso, A. (1901). *Porque me ufano do meu paiz: right or wrong, my country*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. – Editores.
- Chauí, M. (2001). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (3.^a reimpressão). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Damatta, R. (1979). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ferreira, A. B. de H. (1975/1986). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2. ed. rev. e ampl. 29.^a imp.). São Paulo: Nova Fronteira.
- Fico, C. (1997). *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Gadamer, H-G. (2002). *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (Pensamento humano, t. I e II; F. P. Meurer, Trad.; Ê. P. Giachini, Rev.; 4. ed.). Rio de Janeiro.
- Haas, V., & Jodelet, D. (2007). Pensée et mémoire sociales. In J-P. Pétard, (Dir.), *Psychologie sociale* (Grand Amphi Psychologie; 2^a Ed. ; pp. 117-162). Rosny: Bréal.
- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jasmin, M. G. (2005). História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (57), 29-38.
- Kalampalikis, N. (2003). L'apport de la méthode Alceste dans l'analyse des représentations sociales. In J-C. ABRIC (Dir.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 147-163). Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès.
- Koselleck, R. (1992). Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, 5(10), 134-146.
- _____. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (W. P. Mass & C. Almeida Pereira, Trads.; C. Benjamin, Ver.). Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio.
- Lahlou, S. (2003). L'exploration des représentations sociales à partir des dictionnaires. In J-C. ABRIC (Dir.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 37-58). Ramonville Saint-Agne: Érès
- Macedo, J. M. (1864/1905). *Lições de história do Brasil: para uso nas escolas de instrução primaria* (Edição revista e atualizada por Olavo Bilac). Paris: Garnier.
- Martius, C. F. P. (1982). Como se deve escrever a história do Brasil. In C. F. P. Martius, *O estado do direito entre os autóctones do Brasil* (A. Löfgren, Trad.; A. C. Miranda Azevedo, Ver.). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. (Transcrito da *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 24, jan. 1845.)
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise* (Á. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Naxara, M. R. C. (1998). Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Annablume.
- _____. (2004). Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In S. Bresciani & M. R. C. Naxara (Orgs.), *Memória e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível* (pp. 431-455). Campinas: Editora da Unicamp.
- Ortiz, R. (2006). *Cultura brasileira e identidade nacional* (8.^a reimpressão). São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, M. A. (1996). H.G. Gadamer. In M. A. Oliveira, *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea* (pp. 225-248). São Paulo: Loyola.
- Pinto, L. M. S. (1832). *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva.
- Pittolo, F. (1996). Représentations sociales urbaines: quand les ressources historiques sont évaluatrices, compensatrices, réductrices: l'exemple de Nice (France). *Papers on Social Representations / Textes sur les représentations sociales*. Online, 5(2), 81-98,

- Prado, M. L. C. (2001). O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, São Paulo, 145, 127-149.
- Reis, J. C. (2003). *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC* (6. ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Schwarcz, L. K. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras.
- _____. (1995). Nomeando as diferenças: a construção da ideia de raça no Brasil (1870-1930). In Í. Ramos (Coord.), *A luta contra o racismo na rede escolar* (pp. 25-29). São Paulo: FDE, Grupo de Trabalho para Assuntos Afro-Brasileiros.
- Silva, A. M. (1789/1858). *Diccionario da lingua portugueza* (6. ed.). Lisboa: Typ. de Antonio José da Rocha.
- Soares, C. C. C. (2005). Em torno do pensamento social e do conhecimento do senso comum: a aplicação da metodologia Alceste em contextos discursivos distintos. In A. S. P. Moreira (Org.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 541-571). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Sousa, C. P., & Arruda, A. (Coords.). (2006). *Imaginário e representação social de jovens universitários sobre o Brasil e a escola brasileira*. Relatório de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Mimeografado
- Thiesse, A-M. (1995). “La petite patrie enclose dans la grande”: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República (1870-1940) (F. de Castro Azevedo, Trad.). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 8(15), 3-16.
- Varnhagen, F. A. (1854/1975). *História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal* (R. Garcia, Ver. e notas; 8. ed. integral). São Paulo: Melhoramentos/Ministério da Educação e Cultura.
- Villas Bôas, L. P. S. (2010). *Brasil: ideia de diversidade e representações sociais*. São Paulo: Annablume.
- _____, & Sousa, C.P. (2007). Representações sociais e história: limites e possibilidades. In A. S. P. Moreira, & B. Camargo (Orgs.), *Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais* (pp. 153-180). João Pessoa: UFPB.
- Wagner, W. (2003). História, memória e senso comum em representações sociais e interdisciplinaridade. In A. S. P. Moreira & J. C. Jesuíno (Orgs.), *Representações sociais: teoria e prática* (2. ed. rev. e ampl.; pp.15-28). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Zarur, G. de C. L. (2003). *A utopia brasileira: povo e elite*. Brasília: Abaré/Flacso/Brasil.

Enviado em Novembro de 2010
Aceite em Março de 2011
Publicado em Julho de 2011

Sobre as autoras:

Lúcia Pintor Santiso – Coordenadora Adjunta do CIERS-ed do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. E-mail: lboas@fcc.org.br.

Clarilza Prado de Sousa – Coordenadora do CIERS-ed do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: csousa@fcc.org.br.